

## LABIRINTOS DO MEDO: O COMUNISMO (1950-1964)\*

ANTÔNIO MONTENEGRO\*\*

*Resumo:* Este nosso artigo faz uma análise sobre o problema do medo do comunismo, que foi amplamente difundido nas décadas de 1950/1960 no Brasil e em especial no Nordeste. Considerado por setores das classes proprietárias e políticas como uma área dominada pela influência dos comunistas e das Ligas Camponesas, este artigo privilegia um estudo de caso. A partir de uma notícia sobre um incêndio num canavial de açúcar publicado com destaque especial na imprensa, estudamos comparativamente este episódio, a partir de um relatório escrito por uma agente da polícia que foi enviado ao local do incêndio.

*Abstract:* This article makes an analysis about the problem of the fear of communism which was widely spread in the 1950s and 1960s in Brazil and mainly in the northeast. Considered by the estate owners and political classes as an area which is dominated by the influence of the communists and the Peasant Unions, this article emphasizes a case study. Based on the news about a fire in a sugar cane plantation being published by the press, we studied comparatively this episode, using a report written by a police agent that was sent to the site of the fire.

## INTRODUÇÃO

Há alguns anos vimos nos debruçando acerca da história do Brasil nas décadas de 1950/1960, privilegiando a problemática das lutas sociais e políticas no Nordeste. Pesquisamos inicialmente acerca do papel dos padres que emigraram da Europa e dos Estados Unidos para o Brasil, convocados pela encíclica *Fidei Donum*. Vieram com a missão precípua de combater o comunismo, o espiritismo e o protestantismo, mas após o golpe de 1964, uma parcela deles começou a ser perseguida pelo regime militar como comunista. Realizamos entrevistas de histórias de vida com alguns desses padres e pesquisamos amplamente nos jornais da época acerca dos embates entre Estado e Igreja no período. Os relatos desses padres, bem como uma parte da historiografia (Riolo Azzí, Frei Betto, Clodovis Boff, Leonardo Boff, Thomas Bruneau, Eduardo Hoornaert, Scott Mainwaring, Emmanuel de Kadt, Márcio Moreira Alves, Michael Löwy, Kenneth P. Serbin), revelavam como esses religiosos eram muitas vezes submetidos a uma rígida autoridade dos bispos.<sup>1</sup>

Eram estes quem decidiam quase sempre se os padres da sua diocese poderiam ter ou não uma maior atuação social e um engajamento nas lutas pela cidadania. As diretrizes religiosas, aprovadas no Vaticano II e, posteriormente, nas Conferências de Medellín e Puebla, que apontavam para uma abertura da Igreja para o social, não significavam um cumprimento automático das mesmas. A recepção destes documentos pelas dioceses do Brasil era alvo de diversas mediações, e alguns de seus aspectos eram até ignorados.<sup>2</sup> Em face desta constatação nos voltamos para uma pesquisa mais específica sobre a atuação dos bispos no Nordeste durante o regime militar.<sup>3</sup>

Os resultados obtidos através dessa pesquisa nos remeteram a um outro patamar de questões e nos forneceram elementos para analisar de forma mais detalhada a tensa disputa que se estabelece entre a Igreja e as Ligas Camponesas, sobretudo quando estas adquirem uma nova força e visibilidade social e política a partir de 1955, sob a liderança do deputado socialista Francisco Julião. Como resultado de toda essa caminhada, iniciamos, em 2003, uma nova pesquisa, em que as entrevistas realizadas com ex-líderes das Ligas Camponesas e a leitura de uma farta documentação, tanto nos

jornais do período como nos arquivos do DOPS, revelaram uma acirrada disputa pela hegemonia na direção política dos movimentos sociais rurais.<sup>4</sup>

Surgiram então outras trilhas, que foram sendo reveladas a partir do trabalho com esta documentação e também com a imprensa. A leitura e a reflexão acerca desse material é que nos leva a escrever o presente artigo **Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)**.<sup>5</sup>

Observamos, por meio de alguns relatórios de polícia, como esses agentes, em meados da década de 1950, constituem uma grande rede para investigar todo o trabalho de organização dos trabalhadores rurais, que se encontra quer sob a influência das Ligas Camponesas, quer sob a influência de diversos membros do Partido Comunista, entre eles Gregório Bezerra.<sup>6</sup> Os detalhados relatórios que os agentes enviam a seus superiores, informando a situação nos engenhos e nas propriedades onde ocorrem greves e incêndios de canaviais, apontam para uma rica e complexa problemática de luta por melhores condições de vida e trabalho. Esta luta é combatida pela polícia e pelos proprietários com um discurso de que os trabalhadores influenciados pelas Ligas e pelos comunistas estão rompendo a ordem social, a paz agrária e, portanto, constituindo-se numa grande ameaça à família, à religião e à propriedade. Os dois cartazes reproduzidos abaixo eram afixados amplamente nos prédios públicos, nos locais de trabalho, nas paradas de ônibus, nas igrejas; estas imagens revelam a estratégia da polícia ao utilizar recursos imagéticos capazes de emitir, mesmo para analfabetos, mensagens que procuravam ressignificar a sociedade justa e igual pregada pelo comunismo.



Fig. 1 – Arquivo Público Estadual de PE. Documentação do Dops – 1962.



*Fig - Arquivo Público Estadual de PE. Documentação do Dops – 1962.<sup>7</sup>*

Uma leitura possível do cartaz em que aparece um homem de corpo volumoso representando um capataz de camisa e gorro vermelhos, chicote na mão e revólver na cintura em atitude de fiscalização (fig. 1), tendo ao fundo três trabalhadores em dimensões bem menores caminhando com a enxada nas costas, o corpo e os braços demonstrando resignação, leva a considerá-lo como símbolo de um retorno a uma memória conhecida – a da escravidão; enquanto o cartaz em que aparecem duas mãos partindo o corpo de Cristo na cruz (fig. 2) representaria a profanação do maior símbolo da cultura católica. Essas imagens, por si sós, já seriam capazes de emitir signos, independentemente da leitura das palavras, gerando uma curiosidade, e talvez uma impressão desagradável, mesmo entre aquelas pessoas que não fossem capazes de ler a mensagem escrita; entretanto, talvez fosse comum, para muitos que não sabiam ler, ouvir dos colegas alguma expressão como “olha o que o comunismo vai trazer”, ao se depararem com esses cartazes.

Um outro campo de luta entre trabalhadores e patrões relacionado à problemática do comunismo estava focado nos constantes incêndios dos canaviais dos engenhos e das usinas de açúcar no Nordeste. Os canaviais são bastante vulneráveis ao fogo, principalmente no período de estiagem que se estende de outubro a fevereiro; uma ponta de cigarro

jogada na margem da estrada, a bucha de um tiro de espingarda (soca-soca),<sup>8</sup> uma fagulha dos cabos de alta tensão das torres de eletricidade que passam no meio dos canaviais, ou mesmo crianças brincando com fogo nos terreiros de suas casas junto aos canaviais são passíveis de produzir incêndios incontrolláveis. Entretanto, ao serem noticiados pela imprensa e/ou registrados pela polícia, estes adquirem sempre a conotação de atividade criminosa provocada por incendiários, possivelmente direcionados pelos comunistas e pela Ligas Camponesas. O discurso que criminaliza e politiza os incêndios nos canaviais relaciona essa atividade como produtora de uma onda de perigo e de medo que ameaça toda a sociedade.

## INCÊNDIOS

Em agosto de 2005 entrevistei o agrônomo e professor José Ferreira Lima, intransigente defensor do corte da cana sem o uso das queimadas.<sup>9</sup> No entanto, segundo ele, a partir do Pró-Álcool na década de 1970, as exigências de maior produtividade levaram à adoção generalizada das queimadas. Apesar dos danos causados à terra pelo fogo, que acarreta um custo maior com adubos e inseticidas, porque destrói os fertilizantes naturais e também uma série de insetos que ajudam no equilíbrio do ecossistema, a prática se mantém. Mesmo em face do aumento dos custos, atualmente, no Nordeste, 95% da cana é queimada antes de ser cortada. Esta prática generalizada na região conta com o apoio dos cultivadores e dos sindicatos de trabalhadores.<sup>10</sup>

Uma das justificativas dos trabalhadores para muitas vezes colocarem fogo nos canaviais era que, mesmo recebendo menos pelo corte da cana queimada, era possível cortar uma quantidade muito maior, o que se tornava compensador. Um outro argumento, ainda segundo José Ferreira, era o problema do pêlo da palha da cana, que causava doenças aos olhos e à pele do trabalhador. E ainda havia tipos de canas que ao crescer formavam moitas e caíam no chão, o que também dificultava o corte:

*Na época, existiam variedades de canas que tinham pilosidade, que é pêlo, as piojotas, as canas que vinham das Índias. Esses pêlos eram fator inibidor para cortar a*

*cana crua, devido aos pêlos nos olhos. Depois, outras variedades de cana que tinham as palhas presas dificultavam um pouco. Tinha aquelas que tombavam e dificultavam o corte; tombavam e ficava aquele emaranhado de cana. Tudo isso era pretexto para não cortar a cana crua, tinha que queimar por conta disso. Mas, a engenharia genética foi evoluindo e criou variedade de cana sem pêlo.<sup>11</sup>*

No entanto, mesmo com a alteração genética, a cultura da queimada persiste, praticada em comum acordo entre patrões e trabalhadores. Mas se esta é uma prática que se generalizou a partir da década de 1970, num passado recente as queimadas tinham um outro significado.

Lendo os jornais de Pernambuco nas décadas de 1940 e 1950, vamos encontrar constantes denúncias de proprietários nomeando trabalhadores de incendiários, quando surge algum foco de incêndio em seus canaviais.

Nas matérias dos jornais são também cobradas das autoridades ações mais efetivas contra os chamados incendiários, que são apontados como causadores de grandes transtornos aos proprietários. É revelador ler os relatórios das investigações policiais, que indicam como muitos incêndios são acidentais. Entretanto, o caráter acidental de alguns incêndios, assinalado nos comunicados dos agentes a seus superiores, não é publicado na imprensa. E a opinião pública guarda apenas a informação de que os incêndios são sempre criminosos, com possível motivação política.

Um outro aspecto também registrado nos relatórios policiais é o de que os trabalhadores alegam que põem fogo nos canaviais para arranjar trabalho na semana em que estão parados. O incêndio exige que o proprietário corte a cana imediatamente, ou do contrário não conseguirá vendê-la à usina. Embora o preço do feixe cortado de cana queimada seja menor, o trabalhador consegue cortar uma quantidade maior, o que aumenta seu ganho. Todas essas considerações, que apontam muito mais para uma tática de sobrevivência, aparecem nos relatórios dos agentes policiais. Por outro lado, quando ocorre algumas vezes de um trabalhador ser preso e acusado de incendiário, e descobre-se que tem contato de amizade/vizinhança com algum filiado das Ligas Camponesas ou mesmo

que é um de seus filiados, imediatamente atribui-se à influência desta organização a responsabilidade pelo ato.

Em 1956, o jornal Diário de Pernambuco publica uma reportagem com a seguinte chamada no alto da sua primeira página: *Nenhuma repressão policial aos incendiários dos canaviais*. No corpo da matéria é afirmado que: “O crime é atribuído a grupo de agitadores, bem organizado, talvez de orientação comunista, interessados de mergulhar em pânico a zona canavieira”.<sup>12</sup> Pode-se supor que ao ler esta notícia uma parcela da população que vive distante dos incêndios deve imaginar que os comunistas encontram-se na iminência de a tudo incendiar. A afirmação categórica, *grupo de agitadores bem organizados*, deve produzir no leitor a impressão de que existe uma organização extremamente perigosa, sobretudo porque não está identificada. Em seguida a expressão duvidosa, *talvez de orientação comunista*, imprime numa parcela significativa de leitores, não uma suspeita, mas a convicção de que atos como estes são de iniciativa dos comunistas. Afinal, é dessa forma que os diversos discursos – da polícia, da imprensa, da Igreja, das escolas – objetivam o comunismo. E para agravar ainda mais o cenário de pânico e medo que vai sendo gradativamente tecido, a polícia é apresentada com uma atuação deficiente, sem corresponder ao seu papel de vigilância, prevenção e punição dos culpados.

Por outro lado, à medida que a organização dos trabalhadores rurais em Ligas Camponesas adquire maior expressão, observa-se como a associação dos incêndios dos canaviais à prática dos comunistas começa a deixar de ser uma suspeita e adquire um caráter acusatório indubitável. Em 16 de janeiro de 1960, a página policial do Jornal do Comércio apresenta a fotografia de um trabalhador rural que confessa ter ateado fogo no canavial para, dessa forma, conseguir cortar uma quantidade maior de cana e, conseqüentemente, obter um salário melhor. A matéria é apresentada com o seguinte título: *Cortador de cana preso e espancado pela polícia: ateou fogo aos canaviais*. O retrato e o nome do trabalhador – José Cordeiro da Silva – compõem o texto jornalístico, em que é reproduzida sua versão para cometer tais atos:

*Razão dos Incêndios: Os incêndios (dois) por ele provocados não tiveram intuítos criminosos, segundo confessou. Em virtude da deficiência de produção no corte*

*da cana crua, ele se viu tentado a atear fogo nos partidos, a fim de facilitar o seu trabalho, de vez que a cana queimada lhe oferecia meios de maior produção, muito embora a tabela de preço fosse menor (25 cruzeiros por feixe). Ignorando conseqüências desastrosas, foi que ateou fogo às folhas secas, ficando surpreso quando as chamas se alastraram devorando grande extensão do plantio de cana. **Preso e Espancado:** Por denúncia do proprietário do engenho, o delegado Wilson Pereira Gomes prendeu-o em sua residência e o levou para o pátio da Cadeia Pública, onde às vistas de diversas pessoas o espancou barbaramente. Proferindo palavras ofensivas à moral o sargento e um cabo desferiram-lhe vários bofetões, usando em seguida uma palmatória com que lhe aplicou várias bordoadas em ambas as mãos.<sup>13</sup>*

O jornalista que produziu essa matéria deu voz ao trabalhador. Veio então à tona a tática de sobrevivência que motivava a prática de muitos incêndios. Desfazia-se dessa forma a relação necessária e inseparável do incêndio com os comunistas, e seu intuito de gerar pânico e desestabilizar a sociedade. Observa-se ainda como o trabalhador é apresentado como não havendo tido o intuito de causar um incêndio de proporções tão grandes. Seu ato foi de certa forma impensado, pois *ignorou conseqüências desastrosas, e ficou surpreso quando as chamas se alastraram*. E para concluir, o jornalista registra que o trabalhador foi espancado barbaramente e ofendido na sua moral. Em síntese, a matéria desloca o foco do problema dos incêndios, ao desconstruir qualquer relação deste com o que era até então denominado de agitação comunista, e mais ainda, expõe publicamente os atos arbitrários da polícia.

A reação na imprensa a esse discurso não se faz esperar. No dia imediatamente seguinte, é publicada uma matéria que tem como título *Revoltante Desfaçatez*. Semelhante ao formato de uma nota, apesar de não vir assinado, o texto irá desqualificar o discurso do trabalhador e renovar a ligação entre agitadores e suas práticas incendiárias, que a matéria do dia anterior teria desfeito:

*Revoltante a desfaçatez com que um incendiário flagrado em dias desta semana ateando fogo no canavial de um engenho no município de Marial, justifica na polícia o*

*seu gesto criminoso e incoseqüente. Já é do domínio público a onda de incêndios que nos últimos tempos vêm sendo ateados nos canaviais de Pernambuco, por elementos perniciosos e industriados por agitadores, com o intuito de implantar a indisciplina e a agitação na outrora pacata zona canavieira do Estado, além dos avultados prejuízos que a criminosa prática acarreta a modestos e grandes proprietários. Quando se vem esboçando uma pequena reação contra esses elementos que deveriam estar na penitenciária pagando pelos seus crimes, eis que eles se apresentam na polícia como este cínico trabalhador do campo do engenho Pindoba Grande, de Maraial, que simplesmente alega ter tocado fogo nas canas para ficar mais fácil de cortar.<sup>14</sup>*

Observa-se, dessa forma, uma estratégia para impedir que qualquer dúvida subsista em relação às únicas e verdadeiras razões que motivam os referidos incêndios, ou seja, trabalhadores insuflados por agitadores – entenda-se comunistas e membros das Ligas Camponesas – interessados em causar instabilidade e anarquia social.

## **PERNAMBUCO EM CHAMAS**

Assim como Delumeau confessa, na introdução a seu livro *O medo no Ocidente*, o envolvimento com o tema, também vou relatar aos leitores como a temática deste artigo me alcança. No entanto, diferentemente de Delumeau, o medo que vivenciei e que de alguma forma se desenha neste artigo não teve uma interferência tão direta na minha vida; não me paralisou, nem me impediu de fazer as coisas, enquanto ele, após ter vivenciado a experiência da morte de um farmacêutico, amigo dos seus pais, sucumbiu a um grande medo e passou três meses doente sem ir à escola.<sup>15</sup> No meu caso, estaria mais próximo de uma memória involuntária, que me faz recordar Proust, *No Caminho de Swann*, quando narra os efeitos de prazer e alegria que um gole de chá e umas migalhas de bolo irão lhe causar. Esta narrativa exprime a sua angústia nas diversas tentativas para descobrir, na sua memória, aquele sabor capaz de lhe causar um estado de grande felicidade:

*E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o de pedaço de madalena que nos domingos de manhã em Combray (pois nos domingos eu não saía antes da hora da missa) minha tia Léonie me oferecia, depois de o ter mergulhado em seu chá da Índia ou de tilia, quando ia cumprimentá-la em seu quarto.<sup>16</sup>*

No entanto, também diferentemente de Proust, esta memória involuntária que me ocorreu há uns dez anos não produziu efeitos de prazer e alegria, mas de descoberta. Foi antes uma surpreendente constatação, em que a experiência do presente me lançou às lembranças e sensações causadas por um tempo ausente. Viajava à noite retornando do interior do estado para o Recife, quando da estrada avistei um canavial em chamas. O fogo trepidante da palha seca da cana soltava enormes labaredas, em que fagulhas alcançavam vários metros de altura em razão do forte vento. Mas, todo aquele espetáculo causou-me imediatamente uma estranha sensação. O incêndio não trazia nenhum perigo, nenhuma ameaça à ordem, nenhum medo de que algo terrível estivesse prestes a acontecer. Emergiu, em fração de segundos, uma memória que associava incêndio e medo, incêndio e ameaça à ordem, incêndio e um perigo invisível e iminente. Mergulhado nas tramas da memória, senti uma sensação estranha de surpresa e alívio. Primeiro, pelo encontro com o passado, com uma memória que associava o incêndio a significados aterrorizantes. Por outro, por constatar que os incêndios permaneciam, mas aqueles significados desapareciam, libertavam-se. Bastara um instante, um momento luz, para que uma densa memória emergisse e transmudasse.

Passados todos esses anos, descubro nessa pesquisa um reencontro com memórias múltiplas, cuja lenta e laboriosa construção a escrita deste artigo de certa forma ajudou-me a entender, acompanhando fios e teias que urdiram aquele presente/passado de incêndios carregados de signos aterrorizantes e apocalípticos.

Eu tinha por volta de 10 a 12 anos quando essa temática dos incêndios tornou-se mais aguda. Ou seja, mesmo vivendo à margem das preocupações e dos temas que interessavam aos adultos, isto não me impediu de formar uma memória carregada de fortes sensações de medo e perigo associadas aos incêndios dos canaviais.

A pesquisa possibilitou, ainda, trilhar alguns labirintos da produção dessa associação (incêndio *versus* perigo e ameaça à ordem e ao *status quo*) e perceber como ela não obedece a uma lógica unitária, ou a um plano organizado e pré-definido. Antes, revela um deslocamento de sentido que vai sendo operado, de incêndio como ato criminoso para incêndio também como ato político, sobretudo à medida que os proprietários constatarem uma mudança na forma dos trabalhadores rurais reivindicarem seus direitos. Observa-se nos jornais e nos relatórios policiais que desde a década de 1940 os proprietários colocam-se sempre criminalizando os incêndios e algumas vezes também levantando suspeitas de ação de comunistas.

Os incêndios acidentais e mesmo aqueles provocados obrigam os proprietários a mobilizar imediatamente um grupo de trabalhadores para cortar a cana e impedir que o prejuízo seja maior, já que passadas 72 horas as usinas não a recebem.

Um dos relatos que considero mais surpreendentes, entre aqueles encontrados na imprensa sobre esse tema, refere-se a uma matéria publicada em 17 de janeiro de 1962. Em letras grandes na parte superior da página lê-se: *Avião Ateou Fogo No Canavial Do Engenho "Cairá": Testemunha Narra o Fato ao "Diário"*. A matéria vem ilustrada com três fotografias: duas de canaviais incendiados e a terceira de uma criança de 11 anos de idade, que seria a testemunha ocular do ocorrido. Na foto da criança lê-se a seguinte informação: "Severino Firmino da Silva (foto) ajudava o pai quando viu um avião jogar um negócio vermelho no canavial. Minutos depois o fogo se propagava." Para os leitores, ou a grande maioria destes, possivelmente não havia do que duvidar. As fotos do canavial queimado e também da testemunha ocular produziam o efeito de realidade e evidência dos fatos, além de induzir uma perspectiva de que algo muito grave estava a caminho.

*"Eu vi cair do avião um 'negócio' vermelho e minutos depois o fogo queimava todo o canavial." Esta revelação é de Severino Firmino da Silva um menino desconfiado de 11 anos que ajuda o pai a cortar cana no Engenho Cairá da Usina Tiuna em São Lourenço da Mata, onde mais de mil toneladas de cana se queimaram depois que um misterioso avião jogou um objeto vermelho em seus*

*canaviais, há 10 dias. A declaração de Severino foi feita à reportagem do Diário, no momento em que Firmino, seu pai, cortava cana queimada em outro engenho. A revelação do garoto está preocupando os setores policiais e administrativos do Estado, pois tal acontecimento “representa o início de uma onda de terrorismo que já estava pronto para ser levado a efeito desde que o deputado Julião disse na Assembléia, que podia incendiar todos os canaviais de Pernambuco em poucos dias” segundo declarou um fornecedor de cana da Usina Tiama ontem. Fornecedores e dirigentes canavieiros em contato com a reportagem, manifestaram que esse incêndio do avião e todos os outros que estão ocorrendo em escala recorde são provocados por agitadores comunistas que querem levar a agroindústria do açúcar à “débâcle” para agravar os problemas sociais do Nordeste.*

Percebe-se por esse trecho da matéria que a relação entre incêndio e atividade comunista, terrorista, desestabilizadora da ordem está cimentada de forma indubitável. No entanto, se o leitor após estes parágrafos lesse o seguinte, talvez perdesse a certeza inicial daquela relação até então apresentada como evidente e incontestável. Registra a equipe do jornal o relato de um cortador de cana e do administrador do Engenho Cairá:

*Um cortador de cana no entanto disse à reportagem que os sucessivos incêndios podem ser provocados pelos grandões que “estão brigando entre si. Comunista não há por aqui e camponês não é maluco de fazer uma coisa dessas”. Enquanto isso o administrador do Engenho “Cairá”, Sr. José Luciano, não sabe precisar as causas dos incêndios e disse que não pode culpar os donos das canas, nem os camponeses, nem os comunistas. “Se há comunistas aqui é muito encapuçado, ninguém sabe se existe” – declarou.<sup>17</sup>*

Através desses dois relatos, aquela certeza apresentada como incontestável, associando a causa dos incêndios a uma atividade de comunistas ou de agitadores interessados em desestabilizar a produção, em parte estava desfeita. Mas, por outro lado, há de se reconhecer que

este constituía apenas um parágrafo, entre vários que eram, aliás, reforçados com fotos que apontavam na direção oposta. E poder-se-ia ainda reconhecer que os relatos que garantiam a ação de comunistas e agitadores vinham de vozes consideradas socialmente mais autorizadas – “fornecedores e dirigentes canavieiros” – e não de um simples cortador de cana e um administrador. No entanto, a dúvida estava lançada.

## A POLÍCIA VAI AO CAMPO

No dia 18 de janeiro, imediatamente após a manchete do avião incendiário, o jornal Diário da Noite estampava em sua primeira página: *Governo vai agir contra autores de incêndio nos canaviais diz Ministro*.<sup>18</sup> E um parágrafo, ainda na primeira página, complementava a notícia: “Ministro da justiça, Sr. Alfredo Nasser virá a Pernambuco especialmente para conferenciar com as autoridades federais e estaduais sobre o assunto – Executivo está interessado em adotar enérgicas medidas de repressão aos sabotadores.” Os incêndios nos canaviais deixavam de ser um problema apenas estadual ou regional e atraíam a atenção do governo federal. O anúncio da vinda do ministro era o reconhecimento da gravidade da situação.

Em face desse quadro, a Secretaria de Segurança Pública, talvez ao ser pressionada para municiar o executivo com informações mais precisas e detalhadas, ou no exercício de suas funções de policiamento e vigilância, enviou um agente à área onde teria ocorrido o incidente. O resultado dessa diligência foi transformado num relatório de 14 páginas encaminhado ao delegado auxiliar. O agente Aurino Xavier de Oliveira, responsável pelas diligências e autor do relatório, demonstra ter permanecido vários dias na região. No documento informa ao superior que visitou o engenho Cairá e mais 12 engenhos, de maneira a ter um levantamento amplo da problemática dos incêndios. Explica que conversou com proprietários, administradores e trabalhadores, tanto nos barracões<sup>19</sup> como nos locais de trabalho. Entre as perguntas que fazia, nas conversas que manteve, o tema do avião incendiário era recorrente. Pontuar algumas respostas que o agente anotou em seu relatório possibilita redesenhar alguns cenários do quadro que este enviou a seus superiores. Um dos primeiros contatos foi com o gerente da Usina Tiama,

que era a proprietária do Engenho Cairá. A resposta do gerente, registrada pelo investigador, teria sido a seguinte:

*Realmente em um dia que não me recordo um menino me falou de haver visto um avião ter jogado um negócio vermelho e que em seguida irrompeu um incêndio. Entretanto não tomei conhecimento disso, pois julgo inconcebível, mesmo porque se tratava de uma criança e se isso acontecesse não era possível que somente um menino visse, uma vez que estavam vários trabalhadores reunidos.*<sup>20</sup>

Este relato do gerente desqualificava inteiramente a notícia que ocupava os jornais e os rádios. Seu argumento desconstruía aquilo que fora uma das peças-chaves na construção da notícia na imprensa, ou seja, o relato de uma criança de 11 anos, associado a seu retrato. E enfatizava o gerente que não podia dar crédito à fala de uma criança, se esta não era corroborada por nenhum dos adultos que se encontravam ao lado dela no momento em que teria visto o objeto ser atirado do avião. E as falas dos diversos trabalhadores, administradores e proprietários de engenho vão ampliar a perplexidade em se dar crédito à referida história. Alguns, apesar de morarem e trabalharem bastante próximo, nunca ouviram tal relato. Outros, souberam pelo rádio e pelo jornal, como o proprietário do barracão Camorim, vizinho ao Engenho Cairá, que teria afirmado: “Dirijo esse barracão há mais de 24 anos e só soubemos disso pelo rádio e o jornal e uns homens do rádio que estiveram por aqui. Camorim é aqui bem junto de Cairá e se isto acontecesse, a gente sabia logo, pois aqui não se guarda nada.” Joaquim Inácio, dono do barracão, revelava como aquela notícia, que parecia incendiar o Recife através dos jornais e dos rádios, definitivamente não circulava na região. E ainda detalhava que tomaram conhecimento pelo noticiário da imprensa e do rádio e através de uns radialistas que estiveram por lá.

O agente Aurino talvez já estivesse bastante intrigado em não encontrar, no território em que a imprensa fotografara o incidente e sobre o qual escrevera uma matéria que instituía um cenário ameaçador, outras informações que possibilitassem à investigação construir provas e apontar os responsáveis. Muito ao contrário, algumas respostas ou mesmo observações dessa população revelavam uma certa ironia em face do

crédito dado a uma história como aquela. Nessa perspectiva, no próprio engenho Cairá, o proprietário do barracão, Nestor Leite Amazonas, comentava:

*Sou nascido e criado na Usina Tiuna. Desde 16 de outubro de 1956 que tomo conta do barracão. Aqui é o lugar que se sabe da vida de todo mundo do engenho; desde o menino que jogou uma pedra na galinha do vizinho e quebrou a perna da mesma e que o dono vem aqui tomar uma lapada<sup>21</sup> e ficar esperando o pai do menino, até a mulher que quebrou a cabeça do marido. Por isso acho difícil que um avião que passou por aqui e soltasse qualquer coisa no mês de dezembro e somente agora a gente viesse saber e mesmo através do rádio e do jornal.<sup>22</sup>*

A partir desses depoimentos, definitivamente aquele não era um tema que circulasse entre os trabalhadores da região. Mas Aurino, dentro de suas possibilidades, procurou esgotar e cercar ao máximo seu objeto de investigação. Depois de entrevistar o dono do barracão do Engenho Cairá, foi conversar com os trabalhadores que estavam junto com o pai da criança na hora do acontecido. Como registra em seu relatório, foi ao campo e ouviu o seguinte relato de um grupo de trabalhadores daquele engenho, constituído por “Reginaldo, Severino João, João Carneiro, Antonio Manoel Pequeno, Augusto Lourenço e outros: A gente estava tudo trabalhando junto, mas não vimos nada. Esse negócio de avião, todo dia passa por aqui, parece até que é caminho deles. Aqui já teve uns homens de rádio e a gente disse a mesma coisa.” E um dos trabalhadores acrescentou: “Isso até parece milagre de Nossa Senhora Aparecida, somente para esse menino vê”.<sup>23</sup> Com essa frase final, sabiamente o trabalhador, cujo nome Aurino não anotou, oferecia uma chave para o mistério: *milagre de Nossa Senhora Aparecida, somente para esse menino vê*. Estava tudo explicado. Quem poderia questionar? Mas iria o delegado auxiliar acreditar em milagre? No entanto, Aurino registrou em seu relatório. Estaria brincando aquele trabalhador, fazendo mais uma trampolinagem? Ou falara sério, acreditava ser mesmo possível um milagre? Quem sabe fosse um beato, ou mesmo um cristão muito temente a Deus que recorria aos milagres quando os mistérios se mostravam

insondáveis. Mas para que investigar a razão da sua observação? O que mudava na história? Uns acreditavam em milagres, outros em agitadores, outros não acreditavam.

No entanto, a investigação não estava completa. Faltava ouvir o administrador do engenho e o próprio pai da criança. O primeiro, José Lucilo Maciel, prestou as seguintes informações sobre o ocorrido:

*No mês de dezembro quando voltava do almoço encontrei um incêndio no canavial, tratando imediatamente de tomar as providências para apagar o fogo. Quando me encontrava nessa tarefa, o filho do trabalhador Firmino Manoel da Silva, de nome Severino Firmino, me disse que havia visto um avião muito alto, ter soltado um “negócio vermelho”. Como administrador antigo, acho que o incêndio não partiu do avião, mas fico calado. Às vezes se encontra nos canaviais uns balões que os aviões soltam com uma engrenagem (balões de sondagem das condições atmosféricas). Eu mesmo tenho um em casa que um trabalhador achou no campo e me deu e o compadre Manuel do Nascimento tem outro também achado nas canas.<sup>24</sup>*

Este relato abria uma nova variante. Não mais uma história resultante da imaginação fértil de uma de criança, não mais um milagre que só ele avistara, mas balões de sondagem meteorológica que outros trabalhadores já haviam visto e até guardavam em casa. No entanto, José Lucilo, consciente de sua posição, diferencia seu depoimento. Constrói seu lugar de autoridade, se diz administrador e antigo. Logo, alguém de muitas responsabilidades e, por ser antigo, que já assistiu e vivenciou muitas situações. E deste lugar que a autoridade da função e do tempo lhe conferem, sentencia: *acho que o incêndio não partiu do avião*. Entretanto, esta é uma avaliação, um julgamento, um ponto de vista que ele não externa a qualquer pessoa, pois também declara: *mas fico calado*. Intrigante e revelador seu silêncio. Afinal, a respeito de um assunto sobre o qual se falam tantas coisas o administrador antigo guarda seu conhecimento para o momento oportuno; como aquele, em que confabula com alguém que também ocupa um lugar de autoridade, e então se permite externar seu ponto de vista. Esta postura, de romper o silêncio e dizer,

revela alguém que conhece os significados múltiplos da relação saber e poder. O que diz, quando diz e a quem diz são práticas instituintes do exercício do poder, que Lucilo transformou em sabedoria. E Aurino registrará com detalhe em seu relatório.

O relato de Firmino Manoel da Silva, pai do menor que teria avistado o objeto lançado do avião não irá se diferenciar dos demais. Ou seja, nem o próprio pai que estava ao lado avistara qualquer coisa: “Eu estava trabalhando com o pessoal quando o menino disse: ‘papai olha o avião soltou uma coisa vermelha’. Olhei para cima e perguntei: ‘cadê menino?’ E por mais que olhasse não vi nada, pelo que disse: deixe de besteira menino que eu não estou vendo nada. E comecei a trabalhar”.<sup>25</sup> Nem mesmo o próprio pai, que estava ao lado do filho quando teria ocorrido o lançamento do objeto vermelho, confirmava a história. Dessa forma, nada de seguro e certo seria possível constar no relatório que induzisse uma relação entre o avião que teria sido avistado pela criança e o lançamento de qualquer objeto.

É significativo ainda registrar, a partir desse extenso e valioso relatório, alguns relatos de proprietários e administradores sobre o tema geral dos incêndios nos canaviais. No engenho Campo Alegre, o administrador foi enfático em afirmar que a história do avião era *conversa fiada*, ou seja, não merecia qualquer crédito. No entanto, apontava como uma das principais causas dos incêndios o uso do cachimbo:

*Numa distração qualquer, por um fósforo, ou um tição [pedaço de madeira em brasa, muito usado para acender cachimbo], e quando se dá fé a cana está pegando fogo. Isso aqui nesse tempo é mesmo que pólvora e quando a cana pega fogo, ninguém sabe quem foi. Sempre fui contrário a isso, porém infelizmente não se pode proibir, pois o fumo tem mais valor para eles do que a comida.*<sup>26</sup>

Ou seja, a sábia experiência de um administrador de muitos anos apontava o vício do cachimbo como a razão para muitos incêndios. Esta informação, de uma voz de alguém com tanta experiência deve ter surpreendido Aurino, que nunca lera nos jornais ou tomara conhecimento da relação cachimbo *versus* incêndio nos canaviais.

Um outro relato acerca de incêndio que atraiu a atenção do referido agente foi colhido no engenho Poço Salgado e Santo Antônio. Disse o

proprietário, Ivanildo Beraldo, que naquele ano ainda não havia sofrido nenhum incêndio, mas segundo suas palavras era um *bafejo da sorte*. Em seguida passou a narrar um caso de incêndios que muito o preocupara:

*O Sr. não deve ignorar que existem sujeitos tarados, ou mesmo questão de psicose, que têm prazer em praticar atos de vandalismo. Pois bem acerca de dez anos passados eu tive um caso desta natureza. Já tinha-se verificado vinte e dois incêndios em meus engenhos. Eu já estava com ar de doido; eis que quando do 23º chegou um meu vigia de nome Manoel Barros, que por sinal ainda hoje aqui trabalha, pois é um homem de bem, trazendo pela mão um seu filho, que havia sido flagrado pelo próprio pai, quando iniciava o 23º, tendo confessado espontaneamente a sua autoria em todos os vinte e dois incêndios. O próprio pai encarregou-se de castigá-lo, pedindo-me depois a importância de \$ 300.00 para deportá-lo, no que foi atendido. Este nunca mais apareceu, tendo cessado os incêndios.*<sup>27</sup>

Após narrar esse caso exemplar, do pai punindo o próprio filho que espontaneamente se confessara autor de 22 incêndios, o proprietário introduziu uma nova relação entre os incêndios e seus autores: tarados, psicóticos, vândalos. Uma trilogia que simbolizaria o prazer em praticar atos destruidores. Mas Ivanildo Beraldo ainda tinha um outro caso para relatar na mesma perspectiva, ocorrido há apenas dois meses. O filho do vigia de um outro engenho fora flagrado incendiando um canavial e imediatamente preso e entregue à justiça. No entanto, apesar do proprietário haver cobrado do juiz todo rigor no processo, em poucos dias ele estava solto. Com estes dois exemplos este proprietário retirava do campo político a questão dos incêndios nos canaviais.

Aurino ainda anota que alguns trabalhadores e mesmo proprietários e administradores, quando indagados sobre a relação entre avião e incêndio, não só afirmaram não haver tomado conhecimento como trouxeram à tona um outro registro. Relembavam, sim, de que quando o Partido Comunista teve seu registro cassado, em 1947, ocorreram diversos incêndios na região, os quais foram atribuídos a um avião teco-teco que passara diversas vezes sobrevoando a região. Na época havia sido feita esta relação.

Ao final do relatório são apresentadas as conclusões que foram alcançadas em razão de todo o trabalho investigativo. Estas foram resumidas nos seguintes aspectos:

*o mau exemplo dos proprietários que costumam no final da safra mandar queimar aquelas canas de acesso mais difícil para o corte; o caso dos cortadores que fumam no serviço; o descaso e a negligência; os psicopatas e o criminosos além de outros a sombra desses. Quanto ao avião fator primordial desse relatório, após reunir-se todos os dados obtidos e aqui discriminados chega-se a conclusão, com clareza, que o que houve foi um pouco de exploração e sensacionalismo.<sup>28</sup>*

As conclusões desse relatório não foram divulgadas na imprensa. Conseqüentemente, a história do avião incendiário continuou a dominar uma parte significativa da opinião pública. No entanto, havemos de convir que este documento, mesmo tornando-se público, não mudaria a opinião de uma parcela da sociedade que havia aprendido a perceber, a sentir e a pensar como havendo uma grande conspiração comunista em marcha. Afinal, era isto que muitas instituições e órgãos repetiam e enfatizavam cotidianamente há mais de uma década.

#### Notas:

\*Este artigo é resultado de nossas pesquisas como bolsista do CNPq desenvolvendo o projeto: Memórias da Terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas (1950-1970).

\*\*Profesor do Departamento de História da UFPE.

<sup>1</sup>MONTENEGRO, Antonio T. Viajeros del cielo en Brasil. *Historia, Antropologia y Fuentes Orales*, Barcelona, n. 27, p. 119-134, 2002

<sup>2</sup>LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>3</sup>MONTENEGRO, Antonio T. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>4</sup>MONTENEGRO, Antonio T. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. *Projeto História*, São Paulo, n. 29, 2004.

<sup>5</sup>Para aqueles que nunca estudaram ou leram de forma mais atenta a história do Brasil nas décadas de 1950 e 1960, é importante registrar que em Pernambuco há uma tradição

muito significativa de atuação do Partido Comunista e do Partido Socialista. Em 1955, estes se uniram a outras forças políticas de esquerda e criaram a Frente do Recife, que possibilitou a eleição de Pelópidas da Silveira, do Partido Socialista, para prefeito do Recife e posteriormente vice-governador, e também a eleição de Miguel Arraes para prefeito e depois governador. Associe-se a essa força das esquerdas a atuação das Ligas Camponesas sob a liderança de Francisco Julião. Toda essa efervescência das esquerdas em Pernambuco, registrada por diversos autores, entre eles o jornalista Antonio Callado, fez com que Pernambuco e o Nordeste passassem a ser vistos, nos anos que antecederam ao golpe de 1964, como um foco comunista que ameaçava espalhar-se por todo o Brasil. Este artigo traz para análise algumas práticas dos setores que combatiam essas forças de esquerda.

<sup>6</sup>BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 2 v. Gregório Bezerra foi um ex-sargento do exército, que participou do levante comunista de 1935. Sua trajetória de vida foi marcada por uma militância cotidiana. Teve uma grande influência no meio rural do Nordeste. Em 1964, foi preso e puxado por uma corda no pescoço pelas ruas do bairro de Casa Forte, no Recife, por um oficial do exército. O fato causou grande indignação pública, mesmo entre aqueles que apoiavam o golpe de 1964.

<sup>7</sup>Estes cartazes foram localizados na documentação do Dops pela Professora e Pesquisadora Marcília Gama e apresentados pela mesma na Mesa Redonda: Golpe de 1964 – Fontes Históricas e Institucionais. Foram gentilmente cedidos pela pesquisadora para o presente artigo.

<sup>8</sup>Tipo de espingarda de matar pequenas aves muito vendida nas feiras do interior, em que o carregamento é realizado pelo cano, colocando-se pólvora e uma bucha que é socada junto com a pólvora antes do disparo.

<sup>9</sup>Queimada é a expressão utilizada para o uso do fogo nos canaviais antes das canas serem cortadas e enviadas para a moagem.

<sup>10</sup>Entrevista com José Ferreira Lima, agrônomo, para o Setor de Documentação Oral do Departamento de História da UFPE, em 13 de agosto de 2005.

<sup>11</sup>Ibidem.

<sup>12</sup>Reportagem sobre incêndio nos canaviais de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 fev. 1956, p. 26.

<sup>13</sup>Matéria publicada no Jornal do Comércio de Pernambuco em 16 de janeiro de 1960.

<sup>14</sup>Matéria publicada no Jornal do Comércio de Pernambuco em 17 de janeiro de 1960.

<sup>15</sup>DELUMEAU, Jean. *O medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 34-35.

<sup>16</sup>PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Trad. Mário Quintana. São Paulo: Globo, 1990. (Em busca do tempo perdido: 1). p. 50.

<sup>17</sup>Matéria publicada no jornal Diário de Pernambuco, em 17 de janeiro de 1962.

<sup>18</sup>Notícia publicada no jornal Diário da Noite, Pernambuco, em 18 de janeiro de 1962.

<sup>19</sup>Os barracões eram em geral galpões transformados em mercearia, onde os trabalhadores compravam grande parte daquilo que consumiam. Estes ficaram famosos

porque foram muito usados como meio para manter o trabalhador sempre em débito com os senhores. O salário só era pago após abater as despesas nos barracões e muitas vezes o trabalhador não recebia dinheiro como pagamento, mas apenas vales para comprar no barracão.

<sup>20</sup>Relatório do agente policial Aurino Xavier de Oliveira, p. 1-2. Fundo 29201. Ligas Camponesas.

<sup>21</sup>‘Tomar uma lapada’ significa tomar um gole de cachaça.

<sup>22</sup>Relatório citado, p. 10-11.

<sup>23</sup>Relatório citado, p. 12.

<sup>24</sup>Relatório citado, p. 11.

<sup>25</sup>Relatório citado, p. 12.

<sup>26</sup>Relatório citado, p. 3-4.

<sup>27</sup>Relatório citado, p. 5-6.

<sup>28</sup>Relatório citado, p. 14.